

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 064**

Período: de 11/01/03 a 17/01/03

Franca – Brasil

- 1 - Tríplice Fronteira: os Estados Unidos detectam terror, sem possuir provas
- 2 - Ministro da Defesa afirma que Forças Armadas não podem atuar com polícia
- 3 - Exército terá participação reduzida na realização e fiscalização das obras nas estradas
- 4 – Proposta de reforma da Previdência desagrada militares e causa polêmica
- 5 - Empresa norte-americana Raytheon, responsável pelo Sivam, é investigada
- 6 - Alcântara: russos fazem proposta para uso de base
- 7 - Arsenais privados de fazendeiros estão sendo investigados pelos serviços de inteligência

Tríplice Fronteira: os Estados Unidos detectam terror, sem possuir provas

O chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general James Hill, disse no último dia 09 que terroristas islâmicos de grupos como Al-Qaeda, o Hezbollah libanês, o palestino Hamas e o egípcio Al-Gamat operam na fronteira tríplice entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai e que sua presença na região representa uma "ameaça real". Ele afirmou ainda que enfrenta dificuldades crescentes de recursos e sugeriu que os países da região transferissem o controle das fronteiras da polícia para os militares. Durante um seminário realizado pelo Conselho das Américas, em Nova York, o general Hill disse que ainda não tem como provar, mas que poderia apresentar informações sobre os montantes de dinheiro movimentados por esses grupos na região. Em suas declarações ao Conselho das Américas, o oficial americano mencionou também a lavagem de dinheiro do narcotráfico como uma possível fonte de dinheiro para o terrorismo. Contudo, apontou para as mudanças das prioridades de defesa dos EUA, como a nova ênfase nos preparativos de uma possível guerra contra o Iraque, que produziu cortes nos esforços militares norte-americanos para ajudar a Colômbia a combater o tráfico de drogas. Segundo alguns analistas, o general Hill voltou ao tema do terrorismo na região da tríplice fronteira como um reflexo da preocupação com o perigo potencial representado pelos simpatizantes de grupos extremistas e também com as conseqüências práticas que os preparativos para uma possível guerra contra o Iraque estão tendo no orçamento do Comando Sul. (O Estado de São Paulo – Internacional – 12/01/03)

Ministro da Defesa afirma que Forças Armadas não podem atuar com polícia

Embora o governo de Luís Inácio Lula da Silva tenha começado com uma grande expectativa de mudanças, pelo menos uma novidade já está descartada pelo ministro da Defesa, embaixador José Viegas Filho. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* ele afirmou que o serviço militar continuará sendo obrigatório porque permite uma representação mais fiel da sociedade brasileira, possibilitando, também, a ascensão social de jovens. Apesar dessas afirmações, Viegas diz que não é contra a profissionalização dos soldados; o novo ministro também defende a participação das Forças Armadas nos programas sociais, mas ressalta que essas atividades

continuarão sendo subsidiárias, sem prejuízo para a defesa do País. Nesse equilíbrio, Viegas não vê espaço para atividades como o policiamento. "A Constituição define claramente o papel das Forças Armadas", diz ele, e "não é apropriado" que elas assumam tarefas de polícia. (O Estado de São Paulo – Nacional – 13/01/03)

Exército terá participação reduzida na realização e fiscalização das obras nas estradas

O Comando do Exército e o Ministério dos Transportes realizaram no dia 13 a primeira reunião de trabalho para detalhar as ações de parceria entre as duas instituições. Na semana passada, o ministro Anderson Adauto pediu o auxílio das Forças Armadas na realização e fiscalização de obras nas estradas brasileiras. Na reunião, os militares apresentaram a relação do que é necessário para desenvolverem o trabalho, o que inclui a compra de tratores, escavadeiras e caminhões basculantes. A maior parte dos existentes data dos anos 70, com manutenção extremamente dispendiosa, tornando-se inviável. Os 11 Batalhões de Engenharia e Construção do Exército (BECs) já construíram mais de 11 mil quilômetros de rodovias e 2 mil de ferrovias. Atualmente, 29 obras estão sendo tocadas pelos 11 BECs. No ano passado, foram 15, resultado de convênios com prefeituras e Estados, sem a intermediação do Ministério dos Transportes. Entretanto, no último dia 14 o ministro Anderson Adauto recuou e admitiu a 14 empresários da construção civil que o Exército, pelas dificuldades que possui com equipamentos, deverá ter "participação mínima" no esforço de recuperação das rodovias federais. Em novo encontro, neste dia 15, o ministro se reuniu com representantes do Exército para discutir a participação deles nas obras. Na próxima semana, o ministro Adauto e o ministro da Defesa José Viegas Filho entregarão ao presidente Lula orçamento para reequipar os 11 batalhões de engenharia do Exército, visando a criação de um centro de excelência de construção rodoviária e acionamento dos Batalhões de Combate nos Estados para solucionar casos emergenciais e provisórios, como a desobstrução de estradas ou a construção de desvios e pontes leves. (O Estado de São Paulo – Cidades – 12/01/03; Jornal do Brasil – Brasil – 15/01/03; Folha de São Paulo – Brasil – 16/01/03; Correio Braziliense – Política – 16/01/03)

Proposta de reforma da Previdência desagradou militares e causa polêmica

O esboço da reforma da Previdência Social apresentado pelo ministro Ricardo Berzoini desagradou os militares, que não concordam com um sistema único de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com regras iguais para trabalhadores da iniciativa privada e funcionários públicos, incluindo militares e juízes. Hoje, só o INSS tem teto, no valor de R\$ 1.561. Os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e o ministro da Defesa, José Viegas Filho, se reuniram neste dia 15 com o ministro Berzoini para justificar porquê os militares precisam de uma previdência especial: explicitando as peculiaridades da profissão, os militares apontaram a obrigatoriedade de dedicação exclusiva, as constantes e também compulsórias transferências para qualquer ponto do País, a disponibilidade permanente durante 24 horas do dia, sem compensação financeira, o risco de vida, a determinação de cumprir um regulamento disciplinar, inclusive quando já deixaram o serviço ativo e a exigência de manutenção de elevado nível de saúde física e mental e rigorosa

e diferenciada formação profissional, com imposição de constante atualização e aperfeiçoamento em cursos e estágios. Outra alegação é de que não têm direitos que consideram universalmente consagrados, como remuneração do trabalho noturno superior ao diurno ou recebimento de horas extras. Apontaram ainda que, na reserva, podem ser convocados a qualquer momento. Os militares também afirmaram que o peso dos encargos sociais nas contas da União é decrescente. Certos de que o encontro foi "positivo e produtivo", os comandantes expediram comunicados às tropas, com objetivo de tranquilizá-las. Antes mesmo dessa reunião, o ministro da Previdência publicou uma nota oficial, explicando que na sua visão "o regime especial dos militares não constitui um privilégio, pois é derivado de determinações constitucionais". E também já havia recebido a determinação do presidente Luís Inácio Lula da Silva de que os militares terão um regime próprio de aposentadoria, independente do sistema único previdenciário que o novo governo pretende criar, considerando as especificidades da carreira militar. No regime atual de aposentadoria militar, a ida para a reserva pode dar-se com vencimentos acima do que recebem quando estão na ativa, porém até os inativos continuam contribuindo com 7,5% do salário total para a previdência. Atualmente, a aposentadoria e a pensão dos militares custam R\$ 11,5 bilhões. A decisão de manter o regime previdenciário especial para os militares recebeu críticas por parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, que defendem sistema único de aposentadoria e consideram que haverá dificuldades na aprovação do projeto de reforma devido às pressões dos setores que se sentem ameaçados e do recuo do governo. Para o presidente da CUT, João Felício, "se for para haver alguma concessão, ela deveria ser para a população mais pobre". Felício entregou ao ministro Berzoini uma proposta de reforma da Previdência, que prevê a fixação de um teto de benefício de 20 salários mínimos – o equivalente a R\$ 4000,00. Na reunião não foi discutida a possibilidade de aumento da contribuição previdenciária da categoria, contudo, algumas mudanças não estão descartadas, como o aumento do tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria de 30 para 35 anos. Segundo o presidente do Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS), Flávio Martins Rodrigues, o artigo 143 da Constituição – que assegura condições especiais de trabalho e carreira para os militares – não pode ser utilizado para abrir exceções na proposta da reforma da Previdência, e que a manutenção da aposentadoria especial dos militares abre precedentes para que todos os demais servidores entrem na Justiça depois para exigir a isonomia, que é um direito constitucional. Em artigo publicado no jornal *O Correio Braziliense* nesta sexta-feira (17), o jornalista e ex-Ministro do Trabalho Marcelo Pimentel faz uma análise da proposta da reforma da Previdência, atentando para as especificidades de determinadas categoriais, entre as quais os militares, que está (o Exército) "sendo lembrado para tudo (...), só falta alguém lembrar quem vá se preparar para continuar defendendo este imenso e cobiçado país" e, que, ainda, o Exército deve ser usado para sua missão constitucional, que é a defesa da pátria, e que a dedicação exclusiva não deve ser recompensada com a "miséria quando chegar à velhice". Para Pimentel, "todos são iguais perante a lei, mas quando são iguais". (Folha de São Paulo – Brasil – 11/01/03; *Correio Braziliense* – Últimas – 11/01/03; *O Globo* – O País – 11/01/03; *O Globo* – O País – 12/01/03; Folha de São Paulo – Brasil – 13/01/03; *O Estado de São Paulo* – Nacional – 13/01/03; *O Estado de São*

Paulo – Editorial – 13/01/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 14/01/03; Folha de São Paulo – Brasil – 14/01/03; O Globo – O País – 14/01/03; Correio Braziliense – Política – 14/01/03; Jornal do Brasil – Brasil – 14/01/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 15/01/03; O Globo – O País – 15/01/03; Folha de São Paulo – Brasil – 16/01/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 16/01/03; O Globo – O País – 16/01/03; Correio Braziliense – Tema do Dia – 16/01/03; Folha de São Paulo – Brasil – 17/01/03; Correio Braziliense – Opinião – 17/01/03)

Empresa norte-americana Raytheon, responsável pelo Sivam, é investigada

A empresa de equipamentos aeroespaciais de defesa e vigilância Raytheon informou neste dia 13 que a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) está realizando uma investigação informal nas contas da sua unidade de aviação comercial. Em comunicado à imprensa, a companhia afirma que suas "práticas contábeis são apropriadas" e que vai cooperar com a comissão. São alvo da investigação os balanços da empresa entre 1997 e 2001. Em novembro passado, a Raytheon foi advertida pela SEC por supostamente violar regras do mercado financeiro sobre informação privilegiada. Em 1995, a Raytheon venceu uma concorrência internacional para fornecer equipamentos e tecnologia para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A empresa teria contado com um trabalho de espionagem e com a ajuda de brasileiros envolvidos na transação para conseguir ganhar a licitação, segundo reportagens divulgadas pela imprensa brasileira. (Folha de São Paulo – Brasil - 13/01/03)

Alcântara: russos fazem proposta para uso de base

O governo federal recebeu proposta da Rússia para utilização da Base de Lançamento de Satélites em Alcântara, no Estado do Maranhão. A nova oferta foi confirmada no dia 13 pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. O ministro informou que a aprovação da proposta russa ainda vai depender de análise de um grupo interministerial a ser criado pelo governo, do qual participarão os ministérios de Ciência e Tecnologia, da Defesa e das Relações Exteriores. Dois países já haviam apresentado propostas para utilização de Alcântara para lançamento de satélites: Estados Unidos e Ucrânia. Amaral acredita que quanto maior o número de países interessados na exploração comercial da base, melhores serão as possibilidades de negociação do governo brasileiro. O acordo com os Estados Unidos foi alvo de críticas, principalmente do Partido dos Trabalhadores, por impor restrições ao controle do Brasil na área que seria utilizada pelos americanos. O texto do acordo ainda está sendo apreciado pelo Congresso. A proposta da Ucrânia já foi aprovada pelo governo brasileiro, mas depende ainda do aval do Legislativo. O acordo acertado com a Ucrânia não é considerado tão restritivo quanto o dos Estados Unidos. Negociado no governo Fernando Henrique, o acordo com os Estados Unidos foi criticado pelo então deputado Waldir Pires (PT-BA), hoje corregedor-geral da União. Indicado na época para relator do acordo na Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores da Câmara, Waldir Pires defendeu a proposta de que o acordo só fosse aprovado se as restrições impostas pelos americanos fossem retiradas do texto. Ele queria, por exemplo, que o controle das áreas restritas da base não fosse feito apenas por autoridades americanas. O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no

Maranhão, foi criado no início da década de 80, como parte dos investimentos brasileiros para dominar a tecnologia de foguetes. A base é considerada a melhor do mundo por estar localizada perto da linha do Equador, o que faz com que os artefatos lançados ganhem impulso da rotação da Terra, reduzindo consideravelmente o volume de combustível. Além disso, em Alcântara as duas primeiras partes que se separam do foguete lançador depois do tiro caem diretamente no mar, oferecendo máxima segurança à operação. (O Globo – O País – 14/01/03)

Arsenais privados de fazendeiros estão sendo investigados pelos serviços de inteligência

A história dos serviços de inteligência no Brasil mostra que estes sempre se preocuparam com os movimentos sociais. Produziram, por exemplo, centenas de relatórios sobre as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Mas no governo Luiz Inácio Lula da Silva a tarefa dos órgãos de inteligência é monitorar latifundiários suspeitos de possuírem arsenais ilegalmente. A investigação dos latifundiários sob suspeita está sendo coordenada pela Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O acompanhamento dos latifundiários começou a ser feito ainda em dezembro de 2002, no período da transição governamental. Antes mesmo da posse do presidente eleito, os serviços de inteligência investigavam as reações que começaram a surgir no campo. Com a ajuda dos serviços de inteligência, a Ouvidoria Agrária Nacional obteve informações sobre grandes pecuaristas organizando-se militarmente no campo. O principal levantamento é sobre ações do presidente do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais (Sinapro), Narciso Rocha Clara, que já teve prisão preventiva decretada pela Justiça Federal em 1999, quando foi acusado de criar associação “fantasma” e incitar fazendeiros para que estes formassem milícias armadas para combater o MST. Segundo uma fonte da Ouvidoria, a reação dos latifundiários deverá ser um dos desafios do novo governo. (Jornal do Brasil – Brasil – 14/01/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.